

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.368 - RO (2019/0310286-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : ALLAN SAVARIS RODRIGUES  
**ADVOGADO** : JIMMY PIERRY GARATE  
**RECORRIDO** : ENVISION INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA  
**ADVOGADO** : FABIO RIVELLI - RO006640  
**RECORRIDO** : LOJAS AMERICANAS S.A.  
**ADVOGADOS** : MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO003208  
JULIANE GOMES LOUZADA

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia assim ementado (e-STJ fl. 332):

Apelação em ação indenizatória. Preliminar de nulidade. Intimação. Rejeição. Consumidor.

Compra de produto. Defeito de fábrica. Não comprovação. Danos material e moral indevidos. Manutenção da sentença. Recurso desprovido.

Em suas razões (e-STJ fls. 342/357), o recorrente aponta ofensa aos arts. 436 e 437, § 1º, do CPC/2015, alegando em síntese que (e-STJ fl. 351):

O art. 436 e 437 são claros na exigência de intimação da parte contrária quando da juntada de documentos novos, ainda mais, quando puderem influir na decisão, o que ocorreu no caso.

Assim tendo o acórdão do Tribunal de Justiça de Rondônia decidido de forma contrária a lei federal, deve por este Tribunal Superior ser sanado o erro, anulando-se a sentença e acórdão, determinando o retorno dos autos a primeira instância se reabrindo a instrução para sanear e aplicar-se as determinações do Art. 436 e 437 do Código de Processo Civil.

Contrarrazões apresentadas às fls. 387/394 e 396/409 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem afastou o pedido de nulidade da sentença, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 175/176):

O apelante aduz que a sentença merece ser anulada por violação ao devido processo legal, para tanto, afirma que deixou de ser intimado para se manifestar sobre o parecer técnico (fls. 171/176 – Id. 4868740) trazido aos autos pela apelada (Envision Indústria de Produtos Eletrônicos Ltda).

Sem razão o recorrente, porquanto, após a apresentação do referido documento, teve diversas oportunidades para se manifestar a respeito, preferindo, contudo, a inércia, de modo que alegar nulidade da sentença por ausência de intimação para manifestação a respeito de prova documental produzida nos autos não merece acolhimento.

Desta forma, não há que se falar em nulidade da sentença (por violação ao devido processo legal), porque o apelante teve o momento oportuno para apresentar sua inconformação, mas assim não o fez, ou seja, preferindo a inércia, o que não pode ser confundido com ausência de intimação.

Assim, o entendimento do TJRO está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual a nulidade de natureza relativa deve ser suscitada na primeira oportunidade em que a parte se manifestar nos autos, sob pena de preclusão. Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA AGRAVANTE.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de modo que, ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa aos artigos 165, 458 e 535 do CPC/73.

2. Esta Corte Superior firmou posicionamento no sentido de que a alegação de nulidade por ausência de intimação deve ser realizada na primeira oportunidade que a parte interessada tiver de falar nos autos, sob pena de preclusão. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.096.002/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 9/9/2019, DJe 12/9/2019.)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Ação de arbitramento de honorários advocatícios ajuizada pelo advogado recorrido contra os recorrentes referente ao trabalho realizado em uma ação penal, três habeas corpus, três queixas-crime e em uma ação de reparação de danos.

2. Inocorrência de violação ao art. 1.022, II, do CPC, quando a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

3. Com relação à apontada violação ao art. 1.022, III, do CPC, as razões recursais não indicaram em que consiste o erro material em que supostamente incorreu o acórdão recorrido, incidindo, por analogia, o óbice da Súmula 284 do STF.

4. Ausência de nulidade e cerceamento de defesa, pois a parte recorrente, apesar de devidamente intimada, deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar impugnação ao laudo pericial.

**5. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, o vício relativo à ausência de intimação constitui nulidade relativa, devendo ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte se manifestar nos autos, sob pena de preclusão, o que incorreu na espécie.**

6. A expedição da certidão de objeto e pé - documento essencial a demonstrar a alegada nulidade -, foi requerida pelo recorrente somente após quase 6 (seis) anos da data do fato, derruindo a linha argumentativa desenvolvida pelo recorrente.

7. A pretensão deduzida pelo recorrente na suposta petição extraviada não encontraria guarida na regra inserta no art. 433, § único, do CPC/73.

8. No tocante à apontada violação ao art. 398 do CPC/73, a apresentação de razões dissociadas da realidade dos autos impõe a aplicação, por analogia, do óbice da Súmula 284 do STF.

9. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não configura o cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de outras provas, quando o Tribunal de origem entender que o feito foi corretamente instruído, declarando a existência de provas suficientes para o seu convencimento, como no caso.

10. A alteração do entendimento do acórdão recorrido de que o conjunto probatório dos autos mostrava-se suficiente para o julgamento da lide, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula 7 do STJ.

11. A modificação da conclusão adotada pelo Tribunal de origem quanto à correção da fixação dos honorários contratuais no valor indicado pela perícia implica o reexame da matéria fático-probatória, o que é obstado a este Tribunal Superior, conforme a Súmula 7/STJ. 12. Nos termos do art. 105 da Constituição Federal, compete ao STJ uniformizar a interpretação da legislação federal, não se enquadrando no conceito de lei federal resoluções, regimentos internos, normativos etc, incluindo o Código de Ética e Disciplina da OAB.

13. A simples indicação do dispositivo legal tido por violado, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento.

14. A sucumbência de cada uma das partes deve ser fixada em relação à procedência ou não dos pedidos constante na inicial.

15. A ausência de indicação dos dispositivos legais supostamente violados pelo acórdão impugnado caracteriza deficiência na fundamentação recursal, consoante a Súmula 284/STF.

16. Divergência jurisprudencial não comprovada nos moldes exigidos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ.

17. Pedido de concessão de efeito suspensivo prejudicado.

18. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1.838.279/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019 – grifei.)

Incide, portanto, a Súmula n. 83/STJ.

Ademais, consolidou-se nesta Corte a orientação no sentido de que o reconhecimento da nulidade de atos processuais exige efetiva demonstração de prejuízo suportado pela parte interessada, em respeito ao princípio da instrumentalidade das formas *pas de nullité sans grief* (AgInt no AREsp n. 202.180/DF, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 29/8/2017, DJe 4/9/2017).

A propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. CONTESTAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. CONCESSÃO DE PENSÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83 DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE. CONTESTAÇÃO INTEMPESTIVA. MANUTENÇÃO NOS AUTOS. DOCUMENTOS ANALISADOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. [...] 5. De acordo com a moderna ciência processual, que coloca em evidência o princípio da instrumentalidade e o da inexistência de nulidade sem prejuízo (*pas de nullité sans grief*), antes de se anular todo o processo ou determinados atos, atrasando, muitas vezes em anos, a prestação jurisdicional, deve-se analisar se a alegada nulidade causou efetivo prejuízo às partes. 6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 198.356/SP, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/12/2015, DJe 10/12/2015.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NÃO CABIMENTO. NECESSIDADE DE AMPLA DILAÇÃO PROBATÓRIA. ALEGAÇÃO DE NÃO APERFEIÇOAMENTO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. SUPOSTA ILEGITIMIDADE PASSIVA DO CORRÉU. ACÓRDÃO QUE AFIRMA TER HAVIDO A REGULARIZAÇÃO DO POLO PASSIVO DA AÇÃO. MANUTENÇÃO DO JULGADO PELOS SEUS PRÓPRIOS TERMOS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

# Superior Tribunal de Justiça

3. Por aplicação do princípio da *pas de nullité sans grief*, mesmo os vícios mais graves não se proclamam se ausente prejuízo às partes.

[...]

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp n. 1445154/MG, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/8/2015, DJe 17/8/2015.)

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator